

Desde 2020, Grande ABC recebeu R\$ 78,3 milhões em 'emendas Pix'

Desde 2020, Grande ABC recebeu R\$ 78,3 milhões em 'emendas Pix'

Desse total, R\$ 45,6 milhões estão parados em contas bancárias, o que sinaliza ineficiência na gestão pública dos recursos, segundo o TCE-SP

ANDERSON AMARAL
ander@nacional@iglobe.com.br

Levantamento realizado pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) com dados compilados pelo Diário revela que, de janeiro de 2020 a agosto do ano passado, as sete cidades do Grande ABC receberam R\$ 78,3 milhões por meio de transferências especiais, também chamadas de 'emendas Pix', usadas para liberação de recursos orçamentários diretamente aos Executivos locais.

Desse montante, cerca de R\$ 65,7 milhões (equivalentes a 83,8% do total) são compostos por recursos federais, enquanto R\$ 12,6 milhões (16,2%) têm origem em repasses estaduais.

Adotadas pelo Congresso em 2020, as emendas Pix ganharam esse apelido porque não exigem celebração de convênios ou contratos, nem prestação de contas. No destino, o dinheiro pode ser livremente usado pelo governador ou prefeito, sem vinculação com progra-

Repasses em Emendas Pix feitos ao Grande ABC

Município	2020		2021		2022		2023		2024*		Total	
	União	Estado	União	Estado	União	Estado	União	Estado	União	Estado	União	Estado
Santo André	0,250	-	-	-	4,870	0,200	16,918	0,150	1,000	0,250	23,038	0,600
São Bernardo	0,150	-	1,105	-	0,345	0,270	0,200	3,464	0,300	1,350	2,100	5,684
São Caetano	0,150	-	-	-	0,175	0,150	0,575	-	-	0,300	0,900	0,450
Diadema	0,600	-	1,700	-	1,450	0,400	5,761	0,830	7,140	0,250	16,651	1,480
Mauá	-	-	2,280	-	1,590	-	10,876	-	2,150	1,289	16,896	1,289
Ribeirão Pires	-	-	-	-	1,240	0,120	2,460	2,000	1,600	1,600	5,500	3,720
Rio Grande da Serra	-	-	-	-	-	-	0,500	-	-	-	0,600	-
GRANDE ABC	1,150	-	5,185	-	9,670	1,140	37,290	6,444	12,390	5,039	65,685	12,623

*De janeiro a agosto

Fonte: TCE-SP, Portal de Transparência do Estado de São Paulo

Atualizado: 06/01/2025

mas federais, o que prejudica a fiscalização e compromete o planejamento. Além disso, carecem de meios de transparência e fiscalização.

Parlamentares, no entanto, defendem o mecanismo por aumentar a eficiência da aplicação dos recursos, produzindo mais rapidamente benefícios à sociedade.

Na região, segundo o TCE-SP, Santo André é a cidade que mais recebeu emendas Pix desde a criação da modalidade, com R\$ 23,6 milhões, seguida por Mauá (R\$ 18,2 milhões), Diade-

ma (R\$ 18,1 milhões) e Ribeirão Pires (R\$ 9,2 milhões).

Ainda de acordo com o tribunal, dos R\$ 78,3 milhões transferidos às sete Prefeituras, R\$ 45,6 milhões estão parados em contas bancárias. "Esses recursos, parados nos bancos, representam uma oportunidade desperdiçada de investimento em serviços e infraestrutura que poderiam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e atender demandas urgentes em áreas como Saúde, Educação e Segurança", diz o TCE-SP.

PLATAFORMA

Os dados constam do painel *Transferências Especiais*, lançado em dezembro do ano passado pelo tribunal e que traz informações detalhadas sobre as emendas Pix transferidas por deputados e senadores a 644 municípios fiscalizados pelo TCE-SP – todos, exceto a Capital. Para realizar o levantamento, a Corte de Contas enviou questionários a todas as Prefeituras paulistas, que forneceram os dados sobre repasses. Ocupam o Top 5 de municí-

pios mais favorecidos com transferências especiais as Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Suzano, Campinas e Hortolândia, pela ordem. Apenas 24 dos 644 municípios, cerca de 3,7% do total, nunca receberam emendas Pix.

O painel também destaca que há falhas na transparência da execução dos recursos, uma vez que 44% dos municípios não dispõem de link no Portal da Transparência que detalha todas as emendas recebidas. Desse total, 35% afirmaram que não há link e 7,9% disseram que

possuem link somente para emendas federais.

STF

As emendas estão na mira da PF (Polícia Federal) e do STF (Supremo Tribunal Federal). O ministro Flávio Dino, do STF, é relator de ações que questionam a falta de transparência do mecanismo na suprema corte. Em agosto do ano passado, Dino bloqueou os repasses. Após negociação com o Congresso e com o governo, liberou o pagamento, mas impôs restrições. O ministro decidiu que as emendas podem ser pagas, desde que seja apresentado um plano de trabalho prévio a partir deste ano.

Com o objetivo de evitar que o maior grau de liberdade na aplicação das emendas Pix prejudique seu uso, o TCU (Tribunal de Contas da União) definiu que é de competência do sistema de controle local – ou seja, do respectivo Tribunal de Contas – a fiscalização do recebimento e da utilização desses recursos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3